



190



POLÍCIA
MILITAR
DE MINAS GERAIS

Simulado Final

PM MG OFICIAL

Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PM-MG**, cargo de **Oficial**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/T7GhfN4J2mF3dY3G6>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 - A B C D | 11 - A B C D | 21 - A B C D | 31 - A B C D | 41 - A B C D |
| 02 - A B C D | 12 - A B C D | 22 - A B C D | 32 - A B C D | 42 - A B C D |
| 03 - A B C D | 13 - A B C D | 23 - A B C D | 33 - A B C D | 43 - A B C D |
| 04 - A B C D | 14 - A B C D | 24 - A B C D | 34 - A B C D | 44 - A B C D |
| 05 - A B C D | 15 - A B C D | 25 - A B C D | 35 - A B C D | 45 - A B C D |
| 06 - A B C D | 16 - A B C D | 26 - A B C D | 36 - A B C D | 46 - A B C D |
| 07 - A B C D | 17 - A B C D | 27 - A B C D | 37 - A B C D | 47 - A B C D |
| 08 - A B C D | 18 - A B C D | 28 - A B C D | 38 - A B C D | 48 - A B C D |
| 09 - A B C D | 19 - A B C D | 29 - A B C D | 39 - A B C D | 49 - A B C D |
| 10 - A B C D | 20 - A B C D | 30 - A B C D | 40 - A B C D | 50 - A B C D |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/bZZd>

BLOCO ÚNICO**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrício Dutra*

Eu sempre acreditei que o amor exige disciplina, e foi com essa convicção que comecei a escrever para ela, não apenas cartas apaixonadas, mas também orientações sobre como deveríamos cuidar do que nascia entre nós, como se o sentimento precisasse ser educado para não se perder no impulso. Dizia-lhe, em primeira pessoa, que amar é decidir todos os dias, que é preciso ouvir antes de responder, permanecer antes de fugir e escolher o outro mesmo quando o cansaço tenta impor distância.

Ela, por sua vez, era observada de fora, como quem acompanha uma história que se constrói lentamente: sabia que ele a amava, mas percebia também que aquele amor vinha carregado de normas silenciosas, de conselhos e advertências que funcionavam quase como regras de convivência. Do ponto de vista de quem vê, ficava claro que ele acreditava estar ensinando a amar corretamente, enquanto ela aprendia, aos poucos, que toda relação exige limites, mas também liberdade para errar e recomeçar.

No fim, compreendi — e escrevo agora como quem prescreve a si mesmo — que o amor só se sustenta quando o cuidado não se transforma em imposição, e quando a orientação cede espaço ao diálogo. Ele entendeu, tarde, que não basta dizer como o amor deve ser vivido; é necessário vivê-lo junto, permitindo que dois pontos de vista, o meu e o dela, o dele e o dela, coexistam sem anular-se, pois é nessa convivência imperfeita que o romance encontra sua verdade.

1. O texto I é um excerto do romance “Entre o Cuidado e a Liberdade”. Com base nas afirmações abaixo e conhecendo as principais características deste gênero textual, responda:

- I. Forma literária narrativa escrita em prosa.
- II. Exposição de tema com um ponto de vista prescritivo e injuntivo.
- III. Pontos de vista com perspectiva em primeira e em terceira pessoa.
- IV. História que pode variar entre diferentes períodos temporais.

V. Texto predominantemente argumentativo e dissertativo.

Está CORRETA a seguinte assertiva:

- a) () Todas as alternativas são falsas.
- b) () Há somente uma alternativa falsa.
- c) () Há somente duas alternativas verdadeiras.
- d) () Há somente três alternativas verdadeiras.

2. Como a percepção do protagonista evolui ao longo do texto?

- a) Ele mantém, do início ao fim, a convicção de que o amor deve ser rigidamente controlado por regras, sem jamais questionar sua própria postura.
- b) Ele passa a atribuir exclusivamente à personagem feminina a responsabilidade pelos conflitos do relacionamento, isentando-se de qualquer revisão de suas atitudes.
- c) Ele abandona completamente a ideia de orientação no amor e conclui que relações afetivas não comportam qualquer forma de cuidado ou reflexão.
- d) Ele evolui de uma visão prescritiva, em que busca orientar e disciplinar o amor, para uma compreensão mais autocrítica, reconhecendo a necessidade de diálogo e convivência entre pontos de vista.

3. “como se o sentimento precisasse ser educado para não se perder no impulso”, quanto a essa passagem do texto e os seus aspectos linguísticos, assinale a alternativa correta:

- a) O termo ‘educado’ funciona como predicativo do sujeito.
- b) A partícula ‘se’, na sua segunda ocorrência, poderia ser deslocada para depois do verbo ‘perder’.
- c) O termo ‘para’ é uma conjunção de finalidade.
- d) O primeiro ‘se’ é uma conjunção condicional.

4. *Dizia-lhe, em primeira pessoa, que amar é decidir todos os dias, que é preciso ouvir antes de responder, permanecer antes de fugir e escolher o outro mesmo quando o cansaço tenta impor distância.*

Sobre este trecho, todas as alternativas são verdadeiras, EXCETO:

- a) O pronome 'lhe' funciona como objeto indireto.
- b) O termo 'que', nas duas ocorrências, é uma conjunção integrante.
- c) O termo 'outro' é um pronome em função substantiva.
- d) Todas as vírgulas foram empregadas pelo mesmo motivo gramatical.

5. Assinale a alternativa que apresenta oração introduzida por conectivo que tem valor semântico distinto dos demais:

- a) O projeto foi cuidadosamente planejado, **mas** não obteve o apoio necessário para ser aprovado.
- b) O relatório apresentava dados consistentes, **porém** deixou de considerar fatores sociais relevantes.
- c) Ele reconhecia a gravidade do problema, **contudo** preferiu adiar a tomada de decisão.
- d) O debate revelou não só divergências ideológicas profundas, **mas** também a necessidade urgente de diálogo institucional.

LÍNGUA INGLESA

Andrea Belo

Read text I and answer the questions 6 and 7.

Artificial Intelligence Could Finally Let Us Talk with Animals

AI is poised to revolutionize our understanding of animal communication

The New Caledonian crow is one of the only birds known to manufacture tools, a skill once thought to be unique to humans. Christian Rutz, a behavioral ecologist at the University of St Andrews in Scotland, has spent much of his career studying the crow's capabilities. The remarkable ingenuity Rutz observed changed his

understanding of what birds can do. He started wondering if there might be other overlooked animal capacities.

The crows live in complex social groups and may pass toolmaking techniques on to their offspring. Experiments have also shown that different crow groups around the island have distinct vocalizations. Rutz wanted to know whether these dialects could help explain cultural differences in toolmaking among the groups.

New technology powered by artificial intelligence is poised to provide exactly these kinds of insights. Whether animals communicate with one another in terms we might be able to understand is a question of enduring fascination.

Although people in many Indigenous cultures have long believed that animals can intentionally communicate, Western scientists traditionally have shied away from research that blurs the lines between humans and other animals for fear of being accused of anthropomorphism. But with recent breakthroughs in AI, "people realize that we are on the brink of fairly major advances in regard to understanding animals' communicative behavior," Rutz says.

Beyond creating chatbots that woo people and producing art that wins fine-arts competitions, machine learning may soon make it possible to decipher things like crow calls, says Aza Raskin, one of the founders of the nonprofit Earth Species Project.

Its team of artificial-intelligence scientists, biologists and conservation experts is collecting a wide range of data from a variety of species and building machine-learning models to analyze them. Other groups such as the Project Cetacean Translation Initiative (CETI) are focusing on trying to understand a particular species, in this case the sperm whale.

Decoding animal vocalizations could aid conservation and welfare efforts. It could also have a startling impact on us. Raskin compares the coming revolution to the invention of the telescope. "We looked out at the universe and discovered that Earth was not the center," he says. The power of AI to reshape our understanding of animals, he thinks, will have a similar effect. "These tools are going to change the way that we see ourselves in relation to everything."

Adaptado de: <https://www.scientificamerican.com/article/artificial-intelligence-could-finally-let-us-talk-with-animals/>

6. According to the text, what makes the New Caledonian crow particularly remarkable?
- It can imitate human speech with high accuracy.
 - It is the only bird that migrates seasonally.
 - It manufactures tools, a trait once thought unique to humans.
 - It communicates using symbols and gestures.
7. What does Christian Rutz suspect about the crows' dialects?
- They are learned from humans.
 - They are genetic mutations.
 - They might explain cultural differences in tool use.
 - They are irrelevant to communication.

Read text II and answer the questions 8 and 9.



"It's not the pollen—it's the political climate."

8. Choose the alternative with the main source of humor in the cartoon
- The man is allergic to political news and he is suffering now.
 - The man exaggerates his allergic reaction to trees.
 - The man confuses political problems with allergies ironically.
 - The man blames nature for human mistakes such as pollen allergies.
9. In the sentence "it's not the pollen—it's the political climate", identify the best conjunction to replace the dash without changing the meaning
- but
 - because
 - although
 - and

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

10. Considere as proposições:

P: O policial realizou o curso obrigatório.

Q: O policial foi promovido.

R: O policial foi designado para missão especial.

Considere a proposição composta:

"Se é falso que o policial realizou o curso obrigatório e foi promovido, então ele foi designado para missão especial."

Essa proposição é logicamente equivalente a:

- $\neg R \rightarrow (P \wedge Q)$
- $(\neg R \wedge P) \vee Q$
- $(\neg P \vee Q) \rightarrow R$
- $(P \wedge Q) \rightarrow \neg R$

- 11.** Em uma companhia da PMMG, foi analisado o tempo de resposta (em minutos) a ocorrências em uma amostra de turnos, conforme a tabela:

| Tempo (min) | Frequência |
|-------------|------------|
| 5 | 2 |
| 10 | 6 |
| 15 | 8 |
| 20 | 4 |
| 25 | 6 |
| 30 | 2 |

Com base exclusivamente nesses dados, é correto afirmar que:

- a) A média é 12,5 e a moda é 15
- b) A média é menor que a mediana
- c) A mediana é 15
- d) A amplitude é 10

- 12.** Em uma operação policial, três tipos de viaturas foram utilizadas:

- tipo A
- tipo B
- tipo C

Sabe-se que:

- o total de viaturas foi 18;
- cada viatura do tipo A utiliza 2 policiais, do tipo B utiliza 3 policiais, e do tipo C utiliza 4 policiais;
- ao todo, foram empregados 58 policiais;
- o número de viaturas do tipo C é o dobro do número de viaturas do tipo A.

O número de viaturas do tipo B utilizadas foi:

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 6

- 13.** Dada a lei de formação da sequência (a_n):

$$a_n = a_{n-1} + (2n - 1), \text{ para } n \geq 2$$

Com $a_1 = 3$, determine o 27º termo dessa sequência.

- a) 702
- b) 713
- c) 729
- d) 731
- e) 759

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

- 14.** No âmbito do Direito Constitucional, a forma e o sistema de governo, bem como a chefia de Estado e de Governo, são elementos fundamentais para a organização política e administrativa de um país. Sobre esses conceitos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) No sistema parlamentarista de governo, a chefia de Estado e a chefia de Governo são exercidas pela mesma pessoa, sendo esta responsável tanto pela representação internacional do país quanto pela condução da administração interna.
- b) A República Federativa do Brasil adota a forma de governo republicana, o sistema de governo presidencialista e a forma de Estado unitária, caracterizando-se pela centralização política e administrativa.
- c) No sistema presidencialista, o chefe de Governo no âmbito federal é também o chefe de Estado, acumulando as funções de representação externa do país e de comando da administração pública interna.
- d) A monarquia caracteriza-se pela concentração de poderes no monarca, que exerce cumulativamente as funções de chefe de Estado e chefe de Governo.

15. Os direitos políticos são instrumentos fundamentais para o exercício da soberania popular e estão sujeitos a restrições específicas em determinadas situações, especialmente no que se refere aos militares. Sobre os direitos políticos no Brasil e sua relação com a atividade militar, assinale a alternativa correta:

- a) Os militares da ativa, para se candidatarem a cargos eletivos, devem afastar-se definitivamente de suas funções, a partir do registro da sua candidatura, independentemente do tempo de serviço, sob pena de inelegibilidade.
- b) O militar da ativa que conte com mais de dez anos de serviço ficará agregado pela autoridade superior e se eleito, passará no ato da diplomação para a inatividade, não podendo regressar ao cargo militar anteriormente ocupado após o término do mandato.
- c) A Constituição Federal de 1988 assegura aos militares da ativa o pleno exercício dos direitos políticos, sem qualquer restrição, permitindo-lhes filiação partidária e participação em atividades político-partidárias.
- d) Os militares da ativa são inelegíveis para qualquer cargo eletivo.

16. Sobre a sindicalização, o direito de greve e a criação de associações por militares, assinale a alternativa correta:

- a) Os militares possuem o direito de sindicalização, desde que a entidade sindical seja exclusivamente voltada para a defesa de seus interesses funcionais e não participe de movimentos grevistas.
- b) É vedada aos militares a sindicalização e o exercício do direito de greve, mas é permitida a criação de associações de caráter exclusivamente representativo.
- c) A Constituição Federal assegura aos militares o direito de greve, desde que seja previamente comunicado ao comando da corporação e que não comprometa a segurança pública ou a defesa nacional.

d) Os militares podem criar associações com caráter sindical e participar de movimentos grevistas, desde que não estejam em serviço ativo e que as atividades não interfiram na hierarquia e disciplina da corporação.

17. O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 consagra os direitos e garantias fundamentais, assegurando a todos os indivíduos a proteção de sua dignidade e liberdade. Sobre os direitos individuais previstos no referido artigo, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal garante a todos o direito à inviolabilidade de correspondência, sem qualquer exceção, vedando a interceptação de comunicações telefônicas, mesmo que haja ordem judicial.
- b) O direito à propriedade é absoluto, não podendo ser restrinido ou limitado, salvo em casos de desapropriação por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- c) É assegurado o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de aviso prévio à autoridade competente, não sendo necessário sequer que se veicule informação sobre o seu exercício.
- d) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.

18. Beatriz, estudante de Direito, estava revisando as competências recursais do Supremo Tribunal Federal e fez as seguintes anotações:

1. Todos os recursos cabíveis perante o STF são de fundamentação vinculada, pois dependem da demonstração de violação direta à Constituição Federal.
2. O STF jamais julga recurso interposto contra decisão proferida por juiz de primeira instância.
3. Acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores não admitem qualquer tipo de recurso dirigido ao STF.

Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Todas as afirmações estão incorretas.
- c) Apenas a afirmação 2 está incorreta.
- d) Apenas as afirmações 1 e 3 estão incorretas.

19. A Constituição Federal de 1988 estabelece as funções institucionais do Ministério Público, conferindo-lhe um papel essencial na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais. Com base nas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público possui exclusividade para promover o inquérito civil e a ação civil pública, sendo vedada a legitimação de terceiros para essas ações, mesmo nos casos previstos na Constituição.
- b) Entre as funções do Ministério Público está a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas, desde que compatíveis com sua finalidade institucional.
- c) O Ministério Público pode promover a ação de inconstitucionalidade e a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição Federal.
- d) É vedado ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial, uma vez que essa função é exclusiva das corregedorias das polícias estaduais e federais.

20. A Constituição Federal de 1988 estabelece competências exclusivas e privativas para o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, delimitando suas funções no exercício do poder legislativo. Com base nas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes das Forças Armadas nos crimes conexos.
- b) É competência privativa da Câmara dos Deputados aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- c) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar o Presidente da República a declarar guerra, celebrar a paz e permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- d) É competência privativa do Senado Federal autorizar referendo e convocar plebiscito, bem como aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

21. João, com *animus necandi*, efetua disparo de arma de fogo contra Pedro, atingindo-lhe o tórax. A vítima é imediatamente socorrida e submetida a cirurgia de emergência, vindo a falecer em razão de infecção hospitalar diretamente relacionada à lesão causada pelo disparo. Diante dessa situação, é correto afirmar que João responde por:

- a) Tentativa de homicídio, em razão da causa superveniente relativamente independente.
- b) Homicídio consumado, pois a causa superveniente não rompeu o nexo causal.
- c) Lesão corporal seguida de morte.
- d) Homicídio culposo, em razão da imprevisibilidade do resultado morte.

22. Carlos impede, mediante grave ameaça, que Ana saia de sua residência para comparecer a uma audiência judicial, exigindo que ela permaneça no local por algumas horas. Sobre a conduta de Carlos, é correto afirmar que:

- a) Configura constrangimento ilegal, pois restringe a liberdade de locomoção sem respaldo legal.
- b) Caracteriza cárcere privado, independentemente do tempo de duração.
- c) É atípica, pois não houve restrição absoluta da liberdade.
- d) Configura ameaça autônoma, absorvendo eventual constrangimento.

23. Durante a subtração de um celular, Paulo empurra a vítima, que cai ao chão e sofre escoriações leves. Considerando o Código Penal, a conduta de Paulo caracteriza:

- a) Roubo, pois houve violência, ainda que mínima.
- b) Furto qualificado pelo emprego de violência imprópria.
- c) Furto simples, pois as lesões foram insignificantes.
- d) Lesão corporal em concurso material com furto.

24. Marcos constrange Maria, mediante grave ameaça, a praticar ato libidinoso diverso da conjunção carnal. À luz do Código Penal, é correto afirmar que a conduta:

- a) Configura violação sexual mediante fraude.
- b) Caracteriza importunação sexual.
- c) Configura estupro, independentemente do tipo de ato libidinoso.
- d) É atípica, por ausência de conjunção carnal.

25. Em relação às causas de extinção da punibilidade previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A anistia depende de decisão judicial para produzir efeitos.
- b) O arrependimento posterior extingue a punibilidade em qualquer crime.
- c) O perdão judicial depende de aceitação do réu.
- d) A prescrição extingue a punibilidade e pode ocorrer antes do trânsito em julgado.

26. Pedro, querendo matar João, efetua disparo de arma de fogo, mas erra o alvo e atinge Carlos, que vem a óbito. Considerando o Código Penal, a situação configura:

- a) Erro na execução, respondendo Pedro como se tivesse atingido João.
- b) Erro de tipo essencial, excluindo o dolo.
- c) Resultado diverso do pretendido, respondendo apenas por culpa.
- d) Erro de proibição inevitável, isentando Pedro de pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

27. Foi instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias de suposto crime de homicídio doloso consumado praticado por um policial da PCMG, quando do cumprimento de mandado de prisão. Segundo consta, o agente e sua equipe teriam sido recebidos a tiros por infratores do local e revidaram, motivo pelo qual o agente da polícia civil acabou atingindo fatalmente um dos criminosos.

Nesse caso:

a) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 24h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá intimar a PCMG para que essa, no prazo de 24h, indique defensor para a representação do investigado

b) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 48h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá intimar a PCMG para que essa, no prazo de 48h, indique defensor para a representação do investigado

c) o investigado deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, podendo constituir defensor no prazo de até 48h a contar do recebimento da citação; caso não o faça, o delegado deverá prosseguir com a investigação, sem necessidade de intimação da PCMG

d) o investigado não deverá ser citado para ciência da instauração do inquérito policial, embora tenha direito de constituir defensor

28. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta:

a) O inquérito policial poderá ser instaurado de ofício nos crimes de ação penal privada, desde que a pena máxima cominada ao delito seja superior a 04 anos de privação da liberdade

b) Por se tratar de procedimento sigiloso, é vedado ao defensor do indiciado ter acesso aos elementos de convicção já documentados no inquérito policial, salvo se houver autorização judicial expressa

c) Como regra, estando solto o indiciado, o inquérito deverá ser concluído no prazo improrrogável de 30 dias, a contar da instauração do inquérito policial

d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial, ainda que verifique flagrante atipicidade do fato ou prescrição

29. Mathias foi insultado por Joel e David, sendo chamado de “corno”, “safado” e “pilantra”. Em se tratando de crime de injúria simples, Mathias ajuizou queixa-crime em desfavor de Joel e David. Porém, no curso do processo, Mathias se acertou com o Joel, de quem se tornou amigo, mas ainda desejava continuar processando David. Nesse caso:

a) Mathias poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Joel, mas manter o processo contra David

b) Mathias poderá renunciar ao direito de queixa em favor de Joel, mas tal renúncia se estenderá a David

c) Mathias poderá oferecer o perdão do ofendido a Joel, mas tal perdão se estenderá a David; o direito de aceitação, porém, será individual de cada agente

d) Mathias poderá oferecer o perdão do ofendido a Joel, e tal perdão não se estenderá a David

30. Acerca da fiança, assinale a alternativa **incorreta**:

a) A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança no caso de infração penal cuja pena máxima seja inferior a 04 anos de privação da liberdade

b) A fiança deverá ser reforçada, caso tenha sido tomada, por engano, em valor insuficiente

c) A fiança poderá ser prestada por meio de depósito de pedras, objetos ou metais preciosos, bem como títulos da dívida pública, federal, estadual ou municipal

d) A prática, pelo afiançado, de nova infração penal dolosa, implica o quebramento da fiança.

31. No que tange à prisão em flagrante e à prisão preventiva, é correto afirmar que:

- a) Nos crimes permanentes, considera-se que há flagrante delito durante todo o período de permanência
- b) A prisão preventiva poderá ser decretada com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou como decorrência imediata de investigação criminal ou da apresentação ou recebimento de denúncia
- c) Se a prisão em flagrante for ilegal, caberá ao Juiz conceder liberdade provisória ao agente, com ou sem fiança
- d) A falta ou o impedimento do escrivão impedirão a lavratura do auto de prisão em flagrante delito

32. Acerca do tema de provas, assinale a alternativa correta:

- a) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras
- b) A teoria da ilicitude por derivação, embora construída doutrinária e jurisprudencialmente, não se encontra prevista expressamente no CPP
- c) O Juiz não pode determinar, de ofício, a realização de qualquer diligência
- d) O Código de Processo Penal adota, como regra, o sistema da íntima convicção (ou certeza moral do julgador) no que tange à valoração das provas

a) As entidades do Sistema "S" submetem-se integralmente à Lei nº 14.133/2021, devendo observar todas as modalidades, fases e procedimentos nela previstos.

b) As entidades do Sistema "S" não se sujeitam à Lei nº 14.133/2021, mas, por receberem recursos públicos, devem observar os princípios que regem a Administração Pública e prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

c) As entidades do Sistema "S" estão sujeitas exclusivamente ao controle interno, sendo vedada a fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.

d) As controvérsias judiciais envolvendo entidades do Sistema "S" são, como regra geral, de competência da Justiça Federal.

34. Sobre o acesso ao Poder Judiciário para a resolução de lides administrativas, assinale a alternativa correta.

- a) O esgotamento da via administrativa é condição obrigatória para o ajuizamento de qualquer ação judicial contra a Administração Pública, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
- b) No habeas data, o interessado pode recorrer diretamente ao Poder Judiciário, sendo desnecessário qualquer requerimento prévio perante a Administração.
- c) A concessão de benefício previdenciário pode ser pleiteada diretamente em juízo, independentemente de prévio requerimento administrativo.
- d) Como regra geral, não se exige o esgotamento da via administrativa, sendo exceções a justiça desportiva, o habeas data (com prévio indeferimento do pedido de informação) e a concessão de benefício previdenciário, que depende de requerimento administrativo prévio.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

33. As entidades integrantes do denominado "Sistema S" (como Sesi, Senai, Sesc e Senac) possuem regime jurídico próprio no que se refere às licitações, ao controle e à competência jurisdicional. À luz do entendimento do STF e do TCU, assinale a alternativa correta.

35. Ao final do procedimento licitatório, a autoridade competente deverá adotar as providências cabíveis conforme a existência de vícios ou a permanência do interesse público na contratação. À luz da Lei nº 14.133/2021 e do regime jurídico aplicável, assinale a alternativa correta.

- a) Constatado vício insanável no procedimento licitatório, a autoridade deverá revogar a licitação, sempre mediante provação dos interessados.
- b) Verificada a existência de vício sanável, a autoridade competente deverá, necessariamente, anular a licitação, vedado o saneamento do procedimento.
- c) Ainda que inexistentam vícios, a licitação poderá ser anulada de ofício pela Administração, com fundamento exclusivo em razões de conveniência e oportunidade.
- d) Ao final do processo licitatório, existindo vícios e mantidas a conveniência e a oportunidade da contratação, a autoridade deverá adjudicar o objeto ao vencedor e homologar a licitação.

36. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) assegura ao titular uma série de direitos perante o controlador dos dados. Considerando o disposto na Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- a) O titular tem direito apenas à confirmação da existência de tratamento de dados, sendo vedado o acesso direto ao conteúdo das informações pessoais.
- b) A correção de dados pessoais limita-se aos dados incompletos, não abrangendo dados inexatos ou desatualizados.
- c) É assegurado ao titular o direito à anonimização, ao bloqueio ou à eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.
- d) A revogação do consentimento impede, em qualquer hipótese, a conservação de dados pessoais pelo controlador, ainda que haja previsão legal em sentido contrário.

37. Em processo de fiscalização realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), foi analisada a legalidade de determinado ato administrativo praticado por órgão estadual. Constatou-se que o ato somente produziu efeitos após a manifestação de dois órgãos distintos, cujas vontades se integraram para a formação de um único ato final, sem que houvesse relação de dependência entre atos principal e acessório. À luz da classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) Trata-se de ato simples, pois decorre da manifestação de vontade de um único órgão, ainda que com participação de mais de um agente.
- b) Trata-se de ato composto, uma vez que depende de um ato principal e de outro acessório para sua validade.
- c) Trata-se de ato complexo, pois resulta da conjugação de vontades de dois ou mais órgãos, formando um único ato administrativo.
- d) Trata-se de ato inexistente, pois a manifestação de mais de um órgão descharacteriza a unicidade do ato administrativo.

38. Os serviços públicos podem ser classificados conforme a forma de fruição e de remuneração pelo usuário. Considerando a distinção entre serviços uti singuli (ou individuais) e uti universi (ou gerais), assinale a alternativa correta.

- a) Os serviços públicos uti singuli são divisíveis, prestados de forma individualizada ao usuário e remunerados por tarifa ou taxa, como ocorre com o fornecimento de energia elétrica.
- b) Os serviços públicos uti universi são divisíveis e remunerados por meio de tarifa ou taxa, conforme a utilização individual pelo usuário.
- c) Os serviços públicos uti singuli caracterizam-se por serem indivisíveis e custeados exclusivamente por impostos.
- d) A iluminação pública constitui serviço público uti singuli, pois admite fruição individual e cobrança direta do usuário.

39. Uma Sociedade de Economia Mista, prestadora de serviço público, causou danos ao imóvel de um particular durante uma manutenção de rotina. Comprovado o nexo causal entre a atividade e o prejuízo, a responsabilidade civil da entidade será:

- a) Subjetiva, exigindo que o particular comprove o dolo ou a culpa do funcionário para obter a indenização.
- b) Objetiva, mas com proibição constitucional de a empresa reaver os custos junto ao agente causador.
- c) Objetiva, fundamentada no risco administrativo, o que dispensa a prova de culpa ou dolo do agente.
- d) Subjetiva, em razão de a entidade possuir personalidade jurídica de direito privado.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

40. Com relação às pessoas, assinale a alternativa correta.

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ebrios habituais e os viciados em tóxicos.
- b) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, sujeito a homologação judicial, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- c) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presume-se que o mais jovem morreu primeiro.

41. Com relação aos bens, assinale a alternativa correta.

- a) Consideram-se imóveis por antecipação os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.
- b) São consumíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- c) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
- d) Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

42. Com relação aos direitos de vizinhança, assinale a alternativa correta.

- a) O proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha.
- b) O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, mas não pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios.
- c) É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de dois metros do terreno vizinho.
- d) Na zona rural, não será permitido levantar edificações a menos de cinco metros do terreno vizinho.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

43. Considerando o que dispõe a Lei nº 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil sobre A Jurisdição e a ação, analise as assertivas abaixo e, ao final, responda o que se pede:

I - Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

II – Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente simples.

III – É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e III.
- d) II e III.

44. Em relação ao que dispõe a Lei nº 13.105, de 16/03/2015 – Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Nem toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- b) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- c) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de comunhão parcial de bens.
- d) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é dispensável nas hipóteses de composte.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE*Antônio Pequeno*

45. Nos termos da lei nº 13869/2019, conhecida como a Lei de Abuso de Autoridade, marque a alternativa correta

- a) A lei não traz penas restritivas de direitos.
- b) A ação penal depende de representação da parte ofendida
- c) Os crimes previstos nesta lei podem ser praticados na forma culposa e na forma dolosa
- d) A perda do cargo não é um efeito automático e exige a reincidência específica e que seja declarada de forma motivada na sentença.

46. Marque a alternativa correta com base na lei nº 9.605/1998 que trata dos crimes ambientais.

- a) A pessoa jurídica não pode ser responsabilizada penalmente.
- b) O baixo grau de instrução é uma circunstância atenuante.
- c) A pessoa jurídica pela prática de crime ambiental pode ser submetida a pena privativa de liberdade
- d) A pessoa jurídica para ser processada tem que está em conjunto com a pessoa física.

47. Marque a alternativa incorreta com base na lei nº 9.099/1995 que trata dos Juizados Especiais cíveis e criminais.

- a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- b) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- c) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a dois anos abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).
- d) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

48. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Resolução 217-A, III, da ONU, assinale a alternativa correta.

- a) A DUDH admite a privação da liberdade e a submissão à tortura, desde que autorizadas por lei interna do Estado.
- b) A escravidão e a servidão são proibidas pela DUDH, não comportando qualquer exceção.
- c) A DUDH prevê expressamente que ninguém pode ser preso, detido ou exilado.
- d) A Declaração assegura que toda a pessoa acusada de um ato delituoso presume-se inocente até que a sua culpabilidade fique legalmente provada no decurso de um processo sigiloso em que todas as garantias necessárias de defesa lhe sejam asseguradas.

49. De acordo com o art. 4º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que trata do direito à vida, assinale a alternativa correta.

- a) A Convenção admite a privação arbitrária da vida, desde que prevista em lei interna e aplicada por autoridade competente.
- b) A pena de morte pode ser restabelecida em Estados que a tenham abolido, desde que mediante lei posterior ao tratado internacional.
- c) A pena de morte, quando não abolida, somente pode ser aplicada pelos delitos mais graves, mediante sentença final de tribunal competente, respeitadas as limitações previstas na Convenção.
- d) A Convenção não permite a aplicação da pena de morte a mulheres grávidas e a pessoas maiores de sessenta anos, desde que por crimes especialmente graves.

50. Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica, assinale a alternativa incorreta.

- a) A pena não pode passar da pessoa do delinquente.
- b) As penas privativas da liberdade devem ter por finalidade essencial a punição e a consequente readaptação social dos condenados.
- c) Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais
- d) O direito de respeito à integridade compreende a integridade física, psíquica e moral

Discursiva

Texto Motivador

A ordem internacional contemporânea enfrenta um dilema central: a colisão entre a necessidade de repressão a crimes transnacionais e o respeito à soberania dos Estados. Recentemente, a intensificação de mandados de prisão e operações para a captura de chefes de Estado acusados de envolvimento com o narcotráfico e o financiamento ao terrorismo — como o caso da Venezuela que repercutiu globalmente — trouxe à tona o debate sobre a legalidade de intervenções externas. Enquanto organismos internacionais buscam a aplicação da justiça global, governos locais alegam violação dos princípios de autodeterminação dos povos e da imunidade diplomática, gerando instabilidade geopolítica e jurídica.

Comando da Questão

Considerando que o texto acima tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

O COMBATE AO CRIME TRANSNACIONAL E OS LIMITES DA SOBERANIA NACIONAL NO SÉCULO XXI.

Em seu texto, aborde, obrigatoriamente, os seguintes aspectos:

1. A relação entre o narcotráfico, o terrorismo e a desestabilização das instituições democráticas;
2. A legitimidade de ações internacionais para a captura de líderes políticos envolvidos em ilícitos globais;
3. O papel da diplomacia e do Direito Internacional na mediação desses conflitos.

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>